

O que falta para a retomada do crescimento

Os grandes empresários brasileiros estão otimistas. Diante dos últimos indicadores de emprego, produção e consumo, eles apostam na retomada do crescimento. Acreditam que a economia brasileira fechará o ano com uma produção superior à obtida em 1988. Para alguns, esse crescimento será maior do que o da população, com o que a relação Produto Interno Bruto (PIB)/população voltará a aumentar.

São muitos, de fato, os sinais que justificam essa previsão otimista. Na segunda-feira, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) informou que a indústria paulista registrou, em agosto, o maior crescimento do nível de emprego nesta década. Com a contratação de 30.548 trabalhadores, a indústria paulista elevou o nível de emprego em 1,5% no mês passado. Uma variação próxima dessa só foi registrada em julho de 1986, no auge da euforia do Plano Cruzado, quando 28.450 trabalhadores foram empregados (aumento de 1,41%).

Esses dados da Fiesp apenas confirmaram o bom desempenho que a indústria vem apresentando nos últimos meses. Em maio, a produção industrial cresceu 5,3%; em junho, 4,4%; e, em julho, 7,2%. O próprio PIB vem apresentando um desempenho altamente favorável. No segundo trimestre do ano, a expansão foi de 6,8% em relação ao trimestre anterior, o maior índice de expansão registrado na década.

Números como esses comprovam a vitalidade do sistema produtivo brasileiro. Eles são a demonstração mais clara de que nossa economia tem todas as condições para voltar a crescer, como prevêem os grandes empresários. A retomada do crescimento, de maneira consistente e continuada, no entanto, depende de um conjunto de fatores, entre os quais a coragem do empresariado de assumir riscos e a vontade política dos governantes de domar a crise que se originou e se alimenta do descontrole das contas públicas.

Os bons resultados, na verdade, estão sendo obtidos num momento em que a economia brasileira forma um quadro de extrema fragilidade. A moldura mais vistosa desse quadro é a inflação. Depois de admitir que, sem credibilidade, o atual governo pouco ou nada pode fazer para combater as causas estruturais da inflação, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considerar-se-á vitorioso se conseguir mantê-la, até março do próximo ano, no patamar em que se encontra hoje. Trata-se, como já dissemos, de meta modestíssima, visto que a inflação, que deve superar os 30% este mês, está num nível intolerável para a saúde da economia e tende a subir nos próximos meses.

A própria análise dos números da indústria acaba por revelar outros traços desse quadro frágil. Da situação recessiva em que se encontrava no início do ano, a indústria saltou para um período de crescimento, provavelmente puxada pelo desempenho do setor exportador e pela necessidade, tanto do comércio como da indústria, de refazer os estoques consumidos no Plano Verão. Não houve aumento da capacidade produtiva, mas um aquecimento da atividade industrial.

A manutenção desse aquecimento nos próximos meses, sem a expansão do parque produtivo, poderá conduzir-nos a duas situações perigosas: em primeiro lugar, o esgotamento da capacidade instalada e a escassez de matérias-primas; em segundo lugar, a expansão maior dos preços, que pode romper a tênue margem que nos separa da hiperinflação.

De acordo com levantamentos da Fundação Getúlio Vargas, o grau de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira atingiu 83% em julho último, índice superior ao de julho de 1986 (82%), no período áureo do Plano Cruzado. Examinando-se os diferentes segmentos da indústria, verifica-se um uso desigual da capacidade instalada. Na indústria de bens de consumo, a utilização ficou abaixo de 80%; na de bens intermediários, chegou perto de 90%. Entre as indústrias deste último segmento, a química atingiu 89%, a metalúrgica 90% e a de celulose, papel e papelão 90%. São níveis muito elevados e que explicam a falta de produtos no mercado.

São, por isso, inteiramente justificados os temores de que a demanda atual venha a ocupar o que resta da capacidade ociosa da indústria brasileira, especialmente a de bens intermediários, paralisando os demais segmentos. A indústria de alimentos, por exemplo, teme uma crise de fornecimento de embalagens — produzidas pelas indústrias químicas (plásticos), de papel e metalúrgicas, exatamente as que estão no limite de utilização de suas instalações produtivas.

Uma aceleração da demanda pode provocar uma crise no suprimento de uma série de produtos, o que nos aproximará ainda mais da hiperinflação.

Empresários conscientes de seu papel na sociedade, como o superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, sabem que esse nó que atrapalha o crescimento brasileiro só será desatado mediante o investimento na expansão da capacidade produtiva. Muitos, porém, compreensivelmente esperam que o governo demonstre sua disposição de combater a crise, para então decidir sobre investimentos.

Não será preciso muito. Na Argentina, o simples anúncio de um programa de reformulação do Estado conseguiu restaurar a confiança nacional. Lá, porém, será necessário reconstruir a estrutura positiva. Aqui temos uma economia capaz de reagir prontamente aos estímulos... desde que eles existam. E eles não existirão antes de março de 1990...
